

Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 43, de 22 de novembro de 2015, acompanhada de cópia das listas, sendo a lista unitária de ordenação final dos candidatos publicada ainda no *Diário da República*, 2.ª série.

19 — Constituição do júri: o júri terá a seguinte composição, sendo que o 1.º vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos:

a) Presidente — Dr. Rui Alexandre Peixoto Pinto — Assistente Graduado Sénior de Ortopedia, do Centro Hospitalar de São João, E. P. E.;

b) Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dr. António Silva Mendes Moura — Assistente Graduado Sénior de Ortopedia, do Centro Hospitalar de São João, E. P. E.;

2.º Vogal — Dr. Augusto José Abreu Fernandes Martins — Assistente Graduado Sénior de Ortopedia, do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.;

c) Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr. Luís Filipe Rendeiro Ramalho Branco Amaral — Assistente Graduado Sénior de Ortopedia, do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.;

2.º Vogal — Dr. João José Estrela Martins — Assistente Graduado Sénior de Ortopedia, do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.;

20 — Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, através de contacto por correio eletrónico para o endereço: recrutamento@chmt.min-saude.pt.

2 de março de 2017. — O Vogal Executivo, *Dr. Carlos Alberto Coelho Gil*.

310309059

Aviso n.º 2916/2017

Lista Unitária de Ordenação Final

Após homologação por deliberação de 31 de janeiro de 2017 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de Assistente Graduado de Cirurgia Geral da Carreira Médica e Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 11547/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de setembro de 2016, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1001/2016, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 11 de outubro de 2016:

Dr. Armando Augusto Rodrigues Correia: 14,05 valores

A lista unitária de ordenação final e a correspondente homologação, foi notificada ao candidato, por correio eletrónico e afixada no placard do Serviço de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica da Instituição.

02 de março de 2017. — O Vogal Executivo, *Dr. Carlos Alberto Coelho Gil*.

310309148

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 2917/2017

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Manuela Jesus Ramalho Canhoto Rosado, assistente técnica, cessou funções por motivo de falecimento em 26 de dezembro de 2016.

31 de janeiro de 2017. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

310290842

Deliberação (extrato) n.º 213/2017

Por deliberação de 6 de dezembro de 2016 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.:

António Mendes Araújo, médico interno de medicina interna, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, ao abrigo do n.º 2 do artigo 304.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2016.

31 de janeiro de 2017. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

310290859

Deliberação (extrato) n.º 214/2017

Por deliberação de 21 de dezembro de 2016 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.:

Tiago José Escudeiro Pires, médico interno de medicina geral e familiar, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, ao abrigo do n.º 2 do artigo 304.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

31 de janeiro de 2017. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

310290818



PARTE H

MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA

Aviso n.º 2918/2017

Procedimentos concursais comuns para ocupação 9 de postos de trabalho

1 — Nos termos do disposto no artigo 33.º do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Retificações n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de junho e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2001, de 06 de abril, torna-se público que, na sequência do meu Despacho de 20.02.17, proferido no uso das competências delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara, através do Despacho n.º 04/2016, de 02 de maio, e nos termos

do n.º 2 do artigo 36.º conjugado com alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, tomada em sua reunião ordinária do dia 15.02.2017, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, www.dre.pt, procedimentos concursais comuns para ocupação de 9 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, visando a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável:

Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017;

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Retificações n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de junho e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro;